

Parte I

Menores, mas com questões maiores

Três temas básicos foram destacados para permitir uma melhor compreensão dos problemas da infância e adolescência. Abordá-los constitui o preâmbulo necessário se quisermos entender tanto o potencial de desenvolvimento quanto o sofrimento psíquico de crianças e adolescentes. A propaganda das empresas farmacêuticas e a inclinação humana para buscar soluções simples e rápidas tende a reduzir o complexo problema do sofrimento psíquico à equação - *para cada sintoma um remédio*. Por esta equação bastaria rotular uma questão para a criança (hiperatividade, transtorno obsessivo-compulsivo, depressão e assim por diante) e procurar num manual a medicação mais adequada. Essa conduta atende à ansiedade mais aguda das famílias, à pressa dos profissionais ou esconde a carência de serviços mais preparados para lidar com os complexos problemas da saúde mental infantojuvenil. No entanto, isto não atende às reais necessidades dos pacientes, como aponta o capítulo *Sobre o valor do sintoma na infância*.

Quando o assunto é juventude o repertório de explicações para seu descaminho parece ser muito reduzido: desemprego, drogas, evasão escolar, falta de limites. Mas seria possível abordar os problemas de saúde mental da adolescência com respostas tão restritas? Podemos entender

as questões dos jovens sem compreender como chegaram a ter uma posição tão peculiar na sociedade contemporânea? Seria possível isolar a chamada crise da adolescência da crise da sociedade pós-moderna? Dois capítulos tratam deste tema: *Os (des)caminhos da adolescência* assinala o contexto social da juventude contemporânea para permitir uma visão menos ingênua e reducionista dos riscos inerentes a essa faixa etária; *Outros descaminhos na adolescência: os jovens invencíveis ao controle social*, descreve situações de adolescentes que não apresentam transtornos psiquiátricos graves, encontram-se sob proteção especial em unidades de abrigo do município do Rio de Janeiro acolhidas e sofrem inúmeros riscos no processo de habilitação com vistas ao desligamento institucional aos 18 anos.

O capítulo *Brincar não é brincadeira* enfatiza um aspecto da infância frequentemente incompreendido pelas famílias e pelos profissionais da área. Longe de ser simplesmente uma atividade divertida, que serviria para ocupar a criança, livrando seus responsáveis adultos do trabalho de cuidá-las, o brincar tem um papel essencial na constituição do espaço psíquico infantil. A ausência da atividade lúdica, seja como consequência de inibições ou *déficits* da criança, seja como resultado da interdição ou do descaso dos adultos, sempre traduz o comprometimento das possibilidades de um desenvolvimento saudável. Ao contrário, a presença do potencial lúdico é sempre indicativa da possibilidade de superação dos entraves à evolução saudável da criança.